

Educação empreendedora no Ensino Médio do Rio de Janeiro na concepção de professores/as

Entrepreneurial education in High Schools in Rio de Janeiro as conceived by teachers

Filipe Cavalcanti MADEIRA¹
Carlos Soares BARBOSA²

Resumo

O artigo objetiva identificar as concepções dos docentes sobre a educação empreendedora e o Ensino Médio em Tempo Integral com Ênfase em Empreendedorismo, implementado na rede estadual de educação do Rio de Janeiro desde 2017. Tratou-se de pesquisa de abordagem qualitativa, orientada pelo materialismo histórico-dialético e que fez uso de questionários e de rodas de conversas para levantamento de informações. Os resultados indicam que, apesar do empreendedorismo ser um conceito em disputa, sua compreensão pelos docentes se dá de forma aparente, não levando em consideração os aspectos estruturais do sistema capitalista e seus impactos nas relações de trabalho contemporâneas.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Empreendedorismo. Ensino Médio. Reformas educacionais.

Abstract

The article aims to identify teachers' conceptions of entrepreneurial education and Full-Time High School with an Emphasis on Entrepreneurship, which has been implemented in Rio de Janeiro's state education network since 2017. This was a qualitative study, guided by historical-dialectical materialism, which used questionnaires and conversation circles to gather information. The results indicate that although entrepreneurship is a disputed concept, its understanding by teachers is apparent, not taking into account the structural aspects of the capitalist system and its impacts on contemporary labor relations.

Keywords: Neoliberalism. Entrepreneurship. Secondary Education. Educational Reforms.

1 Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: processos formativos e desigualdades sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de História da rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro e da rede Municipal de Educação de Maricá - RJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0869151200784193>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6835-1956>. E-mail: fmadeira1985@gmail.com

2 Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Associado da Faculdade de Educação, UERJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação: processos formativos e desigualdades sociais (UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2894699059794517>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4519-5174>. E-mail: profcarlossoares@gmail.com

Introdução

O empreendedorismo vem se constituindo em um dos pilares da educação para o século XXI. Recomendada nos relatórios e documentos de organizações internacionais multilaterais, a exemplo da Comissão Europeia, OCDE, Banco Mundial e Unesco, a educação empreendedora tem adquirido na última década capilaridade crescente nos currículos escolares de diversas redes de ensino, em várias partes do globo. No contexto brasileiro, a educação empreendedora tem sido favorecida pelos arranjos curriculares implementados em parceria com o setor privado e consolidada com a instituição do “novo” Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A difusão da educação empreendedora faz parte da agenda global do capital, conforme demonstra o mapeamento sobre os marcos da política europeia de educação para o empreendedorismo contido no Relatório Eurydice da Comissão Europeia (2016). Todavia, as intencionalidades da educação empreendedora não podem ser compreendidas sem levar em conta as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e o novo papel atribuído à educação no atual regime de acumulação flexível, instituído pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva.

Iniciadas no final da década de 1970 nos países centrais como forma de superar a crise estrutural do capital e em substituição ao capitalismo denominado de bem-estar social ou modelo fordista, a política neoliberal e as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva não tardaram a ser incorporadas nos países periféricos. Privatização, desregulamentação, parcerias público-privadas, gerencialismo e flexibilização dos contratos de trabalho tornaram-se a tônica da política brasileira a partir da década de 1990, em nome de uma melhor inserção do país aos marcos da globalização.

A educação desempenha papel central para a conformação dos sujeitos a essa sociabilidade, contribuindo com o processo de internalização e naturalização dos princípios, valores e comportamentos necessários para a reprodução do novo padrão de acumulação. Esta é a finalidade das reformas empresariais da educação empreendidas nas últimas três décadas no Brasil, qual seja, ajustar a formação da massa de trabalhadores às demandas do setor produtivo e do mercado de trabalho, além de favorecer a participação do setor privado em diversas frentes no campo educacional,

seja na comercialização de insumos pedagógicos e na oferta de formação continuada aos professores; seja no processo de elaboração/monitoramento das políticas curriculares e nos processos de avaliação.

No estado do Rio de Janeiro este movimento tem sido facilitado pelas parcerias público-privadas. Sob a assessoria de institutos e fundações empresariais novos arranjos curriculares têm sido implementados na última década pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ), em concordância com a pedagogia do capital. A título de exemplo, podemos citar o Programa Solução Educacional, instituído em 2013 em parceria com o Instituto Ayrton Senna (2013), e o Programa Dupla Escola, criado em 2012 para oferta de Ensino Médio integrado à Educação Profissional por meio de parcerias com o setor privado, como as empresas Oi Telecomunicações, Grupo Pão de Açúcar, Thyssenkrupp CSA, Procter & Gamble Industrial e Comércio Ltda (P&G) e a Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL) (Moehlecke, 2018).

O (suposto) caráter inovador desses arranjos curriculares ocorre através da inclusão de componentes curriculares voltados para o desenvolvimento de competências socioemocionais, justificada pela necessidade de formar os sujeitos capazes de enfrentar os desafios do século XXI. Entre esses componentes constam o Projeto de Vida e Empreendedorismo, com o objetivo de desenvolver uma série de competências que levem os jovens a planejarem o futuro e buscarem alternativas “criativas” frente às mudanças do mercado de trabalho. Em outras palavras, conforme ressaltam Barbosa e Paranhos (2023, p. 4), a formar “trabalhadoras e trabalhadores preparados para arcar com as responsabilidades pelo seu futuro, sem a prerrogativa de quaisquer direitos ou proteções sociais oferecidas pelo Estado”. Não por acaso, o empreendedorismo é um dos eixos dos itinerários formativos na atual reforma do Ensino Médio (Brasil, 2018).

Embora a educação empreendedora ocorra desde a década de 1990 por meio de distintas organizações da sociedade civil, no decorrer do novo milênio ela passou a conquistar espaço e institucionalidade dentro da rede pública de ensino do país. No Rio de Janeiro, o estímulo ao empreendedorismo juvenil ocorre por meio de diversas ações. A principal delas é o Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI) com Ênfase em Empreendedorismo e Aplicado ao Mundo do Trabalho, doravante aqui denominado de EMTI em Empreendedorismo. Implementado em 2017 em

parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), sua finalidade é “oferecer ao jovem a oportunidade de construção de competências, atitudes e valores, demandas contemporâneas indispensáveis ao trabalho, ao convívio e ao aprendizado permanente” (Rio de Janeiro, 2017).

À luz dessas considerações iniciais, este texto tem o objetivo de identificar as concepções de professores e professoras sobre a formação em empreendedorismo no Ensino Médio na rede estadual do Rio de Janeiro. Temos como pressuposto de que o diálogo com os professores e professoras permite verificar os discursos e as práticas que emergem com a implementação do EMTI em Empreendedorismo, bem como os mecanismos de conformação/resistência à ideologia empreendedora. Especialmente, no atual contexto em que as proposições feitas por professores, estudantes, pesquisadores e suas entidades representativas não encontram muita ressonância nos processos de elaboração/implementação das políticas educacionais.

As reflexões aqui tecidas são decorrentes da pesquisa realizada em 2023, no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação: processos formativos e desigualdades sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da referida universidade, com parecer emitido na Plataforma Brasil sob o nº 6.509.342. De abordagem qualitativa e orientada pelo método do materialismo histórico-dialético, o estudo fez uso de questionário aberto e de roda de conversa como procedimentos metodológicos, realizados com docentes que trabalham nas duas unidades escolares que ofertam o EMTI em Empreendedorismo no município de Maricá-RJ.

O questionário em formato *google-doc* buscou levantar as concepções sobre a atual reforma do Ensino Médio, a BNCC, o empreendedorismo e EMTI em Empreendedorismo, tendo sido 22 respondidos. Posteriormente, a roda de conversa contou com a participação voluntária de oito professores e visou aprofundar as informações obtidas pelo questionário. Assim como Sampaio *et al.* (2014, p. 1300), consideramos a roda de conversa uma “potência metodológica de confronto de realidades, leitura de mundo em um movimento – de ida das partes para o todo – que percorre ação, reflexão, transformação”.

O presente texto se estrutura em três partes. Inicialmente, discorre sobre a privatização da educação brasileira, retratando, em particular o protagonismo empresarial nas diretrizes curriculares do Ensino Médio,

entre eles, a criação do EMTI em Empreendedorismo. A segunda parte, discute conceitualmente o empreendedorismo por meio de duas matrizes teóricas radicalmente opostas: a matriz neoliberal e o pensamento histórico. Por fim, a terceira parte apresenta a concepção de professores e professoras participantes da pesquisa sobre a educação empreendedora vigente na rede estadual do Rio de Janeiro.

Parceria público-privada e o protagonismo empresarial no currículo do Ensino Médio no Rio de Janeiro

A consolidação das parcerias público-privadas foi uma das mudanças instituídas pela reforma do Estado realizada no Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, garantindo juridicamente novas formas de atuação do empresariado na educação pública, não vistas até então na história. Conforme ressaltam Andrade e Motta (2022, p. 11), “a partir de então, as já multiplicadas organizações privadas passaram a atuar, com permissão e apoio do Estado estrito, em todas as áreas sociais”, favorecidas, inclusive, pela Lei nº 9790/1999 que criou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com liberdade para atuar na “promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que se trata esta lei” (Brasil, 1999).

Por intermédio das parcerias, a privatização e o empresariamento da educação de novo tipo vêm avançando na rede estadual do Rio de Janeiro, entendendo que privatização não se restringe à compra de insumos como livros e apostilas. Conforme ressalta Adrião (2018, p. 12), “trata-se, mais amplamente, da transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja da definição dos desenhos curriculares”.

Na particularidade histórica do Rio de Janeiro, embora as parcerias com organizações privadas tenham iniciado no Governo Anthony Garotinho (1999-2002), foi no Governo Sergio Cabral (2007-2014) que elas adquiriram maior dimensão, sobretudo, após a criação do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PROPAR) – Lei nº 5.068/2007. No campo educacional, além dos programas já mencionados – Dupla

Escola e Solução Educacional –, a Seeduc-RJ também firmou convênio com o Instituto Falconi, entre 2011 e 2016, para a formação de gestores escolares, e com a Fundação Roberto Marinho, entre 2008 e 2016, para a correção de fluxo e aceleração da aprendizagem, através do Programa Autonomia.

Em 2017, a parceria com o Sebrae deu origem ao EMTI em Empreendedorismo. De um modo geral, sua organização curricular acompanha o modelo defendido pelas organizações empresariais, estruturado em dois macrocampos: Áreas do Conhecimento e Núcleo Articulador. Voltado ao desenvolvimento das competências comportamentais e socioemocionais, o Núcleo Articulador, conforme observamos na Figura 1, é constituído pelos componentes curriculares Projetos de Vida, Empreendedorismo, Estudos Orientados e Projeto de Intervenção e Pesquisa.

Figura 1: Matriz Curricular do Ensino Médio em Tempo Integral com Ênfase em Empreendedorismo Aplicado ao Mundo do Trabalho.

ANEXO V

MATRIZ CURRICULAR

ENSINO MÉDIO - EDUCAÇÃO INTEGRAL - MODELO EM TEMPO INTEGRAL, COM ÊNFASE EM EMPREENDEDORISMO APLICADO AO MUNDO DO TRABALHO.

ÁREA DE CONHECIMENTO/NÚCLEO ARTICULADOR	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CARGA HORÁRIA ANUAL			TOTAL
		SÉRIE			SÉRIE			
		1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	
CIÊNCIAS DA NATUREZA	BIOLOGIA	2	2	2	80	80	80	240
	FÍSICA	2	2	2	80	80	80	240
MATEMÁTICA	QUÍMICA	2	2	2	80	80	80	240
	MATEMÁTICA	6	6	6	240	240	240	720
CIÊNCIAS HUMANAS	FILOSOFIA	2	2	2	80	80	80	240
	GEOGRAFIA	2	2	2	80	80	80	240
	HISTÓRIA	2	2	2	80	80	80	240
	SOCIOLOGIA	2	2	2	80	80	80	240
LINGUAGENS	ARTE	0	0	2	0	0	80	80
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	80	80	80	240
	LÍNGUA PORTUGUESA / LITERATURA	6	6	6	240	240	240	720
	LÍNGUA ESTRANGEIRA OBRIGATORIA	4	4	3	160	160	120	440
	LÍNGUA ESTRANGEIRA OPTATIVA	1	1	1	40	40	40	120
	ENSINO RELIGIOSO	1	1	1	40	40	40	120
CIÊNCIA, CULTURA E TRABALHO	PROJETO DE VIDA E MUNDO DO TRABALHO	2	2	2	80	80	80	240
	PROJETO DE INTERVENÇÃO E PESQUISA (GESTÃO DE PROJETOS)	4	4	4	160	160	160	480
	ESTUDOS ORIENTADOS	2	2	2	80	80	80	240
	EMPREENDEDORISMO	3	3	2	120	120	80	320
	CARGA HORÁRIA TOTAL	45	45	45	1760	1760	1760	5280

No entendimento da União Europeia, o propósito da educação empreendedora é “munir os jovens com atitudes, conhecimentos e competências com o intuito de torná-los aptos à tarefa de empreender”. Por ser uma agenda do capital globalizado, o órgão visa a “promover em seus países-membros um perfil de cidadão empreendedor, adaptado a um processo de constante aprendizagem” (Souza, 2022, p. 6).

No Brasil, a cultura empreendedora vem se consolidando em várias redes públicas de ensino do país. Na rede estadual do Rio de Janeiro ela ocorre por meio de diferentes ações, seja de forma direta ou indireta, a saber: ao ser estimulada através de outros componentes como Projeto de Vida e Projetos de Intervenção e Pesquisa; com a criação do componente curricular Empreendedorismo; e com o Projeto Trilha Empreendedora – desenvolvido em parceria com a Junior Achievement (2022), que no período de 2014 a 2022 já atendeu cerca de 300 mil estudantes, em 120 escolas de 39 municípios do estado.

Em específico ao EMTI em Empreendedorismo, inicialmente foi implantado em 37 unidades escolares com o objetivo de “oferecer ao jovem a oportunidade de construção de competências, atitudes e valores, demandas contemporâneas indispensáveis ao trabalho, ao convívio e ao aprendizado permanente” (Rio de Janeiro, 2017). No ano seguinte foi estendido para outras 44 escolas, perfazendo um total de 81 unidades e transformado em Ensino Médio Técnico em Administração com Ênfase em Empreendedorismo (Rio de Janeiro, 2018).

Essa expansão revela a prioridade conferida pela Seeduc-RJ à educação empreendedora para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que é a de oferecer educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas até 2024. A prioridade dada a essa modalidade pode ser explicada por duas razões: pelo baixo custo da oferta, já que é uma formação que não requer laboratórios específicos nem de alta tecnologia; e por ser uma das prioridades da agenda do capital na atual fase do regime de acumulação flexível.

Outro fato que demonstra o prestígio da educação empreendedora na rede estadual de educação do Rio de Janeiro é o curso Formação de Professores em Empreendedorismo e Gestão para o Ensino Médio, em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*, oferecido em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 2021, sem contar as formações realizadas pela Seeduc-RJ em parceria com o Instituto Ayrton

Senna e o Sebrae sobre o tema. Entretanto, como o empreendedorismo vem sendo compreendido na literatura acadêmica?

Empreendedorismo: um conceito em disputa

Embora o ato de empreender seja uma atividade antiga, foi a partir da emergência dos mercados capitalistas que o conceito ganhou importância, sendo transformado e adquirindo novos significados ao longo da história. Ainda não há consenso sobre o tema face às análises e abordagens de distintos campos, como a Administração, a Gestão, a Economia, a Educação e a Sociologia, que resultam em definições complexas e diferentes para um mesmo fenômeno (Machado; Nassif, 2014).

A despeito das diferentes matrizes epistemológicas as quais esses estudos se vinculam, um ponto de convergência é a associação entre empreendedorismo e as atuais transformações no mundo do trabalho, seja para argumentar a necessidade de um novo perfil de trabalhador diante das mudanças provocadas pelas tecnologias digitais, seja para desvelar as intencionalidades da ideologia empreendedora em dissimular a relação conflituosa entre capital e trabalho de modo a conformar os trabalhadores à racionalidade neoliberal. Trata-se, portanto, de um conceito em disputa, possuindo compreensões radicalmente distintas no pensamento (neo)liberal e no pensamento histórico-crítico.

Em termos gerais, a ideia presente no pensamento (neo)liberal é a de que empreender é correr riscos (Chiavenato, 2012). Entre os séculos XVII e XVIII, o empreendedor era aquele que assumia os riscos (lucro e prejuízos) dos contratos e negócios estabelecidos. Considerado um dos primeiros teóricos a introduzir o conceito de empreendedorismo em termos econômicos, Richard Cantillon enfatizou o papel do empreendedor ao ser capaz de identificar oportunidades de comprar produtos a preços fixos e vender a preço incerto, ou seja, em assumir riscos de alocar recursos e antecipar demandas do mercado com o objetivo de obter lucros. Ainda no século XVIII, com as transformações advindas da primeira fase da revolução industrial, Adam Smith concebe o empreendedor como proprietário capitalista; pessoa apropriada a gerar acúmulo de capital (Fillion, 1999).

No século XIX, Jean Batiste Say ressaltou o papel do empreendedor na coordenação das dinâmicas das relações de produção, ao racionalizar as demandas do mercado, promover inovações necessárias para a harmonia entre produção e consumo e gerenciar a relação capital e trabalho. Esta era também a perspectiva do austríaco Joseph Schumpeter (1961) ao desenvolver o conceito de “destruição criadora” na década de 1940. Compreendendo a dinamicidade do sistema capitalista como resultado de constantes inovações, para o referido teórico o empresário-empendedor é o responsável por essa força criadora, pois é o único capaz de destruir e superar as condições econômicas estabelecidas. Para ele, esse espírito empreendedor criativo seria responsável por desenvolver uma nova mentalidade que geraria índices maiores de investimentos, empregos, renda e prosperidade. Esta foi a concepção que passou a ser popularizada no pensamento econômico e na administração empresarial a partir dos anos 50. De um modo geral, como afirmam Sorensen e Chang (2006), estes teóricos acabaram contribuindo para a ideia mais ou menos generalizada das características de um empreendedor: especulação do risco, coordenação e inovação.

Todavia, com o avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva o espírito empreendedor foi deixando de ser associado exclusivamente aos empresários e detentores de capital, passando a incorporar o conjunto da classe trabalhadora e transformando o empreendedorismo em um dos elementos ideológicos do capital no tempo presente. Isto ocorre porque a ênfase no indivíduo foi a resposta neoliberal para justificar os índices crescentes de desigualdades e a precarização da classe trabalhadora após a derrubada do modelo de Estado de Bem-Estar Social e a instituição do padrão flexível de acumulação capitalista. Individualismo este, potencializado por meio do empreendedorismo a partir da concepção homem-empresa (Mises, 2010).

Sem considerar os determinantes estruturais, para o autor, o empreendedorismo é a forma dos indivíduos concorrerem de forma mais democrática, proporcionando enriquecimento àqueles que conseguem aproveitar as oportunidades do mercado. Em suas palavras,

A tão falada dureza do capitalismo consiste no fato de ele tratar cada um de acordo com a contribuição que este oferece ao bem-estar do seu semelhante. A

força do princípio a cada um de acordo com seus feitos não dá margem a escusar falhas pessoais. O indivíduo sabe muito bem que existem pessoas iguais a ele que obtiveram sucesso onde ele falhou. Sabe que muitos daqueles que inveja são pessoas que se fizeram pelo próprio esforço e que partiram do mesmo ponto onde ele começou. E, muito pior, sabe que os outros também sabem disso. Ele vê nos olhos da mulher e dos filhos a reprovação silenciosa: “Por que você não foi mais esperto?” Ele vê como as pessoas admiram quem obteve mais sucesso do que ele e como contemplan com desprezo ou com piedade o seu fracasso (Mises, 2010, p. 19).

Na concepção do autor, o sucesso de um reduzido grupo – e por consequência o fracasso de uma gigantesca maioria – é resultado unicamente da competência do indivíduo. A este respeito, Duque (2023) ressalta que a concepção antropológica do homem-empresa formulado sob o prisma neoliberal se distancia da vida pública e reverencia os princípios da competição e da rivalidade em âmbito estritamente individual, fazendo com que se consolide a ideia de que o espírito empreendedor alcance êxito apenas nas oportunidades do mercado, tornando o Estado um obstáculo que precisa ser superado.

Por essa perspectiva, o desemprego pode ser superado pelo próprio indivíduo, “homem-empresa”, que deve ser capaz de identificar as oportunidades, promover inovações e criar seus próprios negócios, que podem, inclusive, gerar empregos e impulsionar o desenvolvimento econômico local/regional/nacional. Ao analisar o significado de tais ideias na materialidade concreta de países de capitalismo periférico como o Brasil, alguns teóricos vinculados ao pensamento histórico-crítico têm ressaltado o viés ideológico do empreendedorismo.

Para Ferraz e Ferraz (2022), ao ser apresentado como saída para o desemprego estrutural global, o empreendedorismo age no sentido de conformar a classe trabalhadora às novas formas de exploração do trabalho no atual estágio de desenvolvimento capitalista, se configurando em uma das formas de extrair mais-valor sem que haja necessariamente a figura do patrão. Ou seja, no contexto do desemprego estrutural o empreendedorismo passa a ser “um meio eficiente de garantir a sobrevivência ao modo de produção capitalista” e a manutenção da hegemonia burguesa

(Ferraz; Ferraz, 2022, p. 112). E mais, as perspectivas de “homem-empresa” e de “empresário de si” mascaram a contradição entre liberdade e falta de opção, bem como ocultam a expropriação existente na relação social entre capital-trabalho, servindo para arrefecer a luta de classe.

Nesse sentido, a ênfase dada ao individualismo, à competição e à meritocracia faz parte da estratégia do capital para impedir que os trabalhadores identifiquem que o agravamento das condições de trabalho e de existência é decorrente do novo padrão de acumulação. Nestes termos, levar o trabalhador a se perceber como “empresário de si” cumpre papel importante na reprodução do atual padrão de acumulação e da sociabilidade capitalista, pois na medida em que ele não se vê como trabalhador, não identifica a luta de classes, o conflito entre trabalho e capital e tampouco age para a superação da organização econômica-social fundamentada na desigualdade e exploração.

Para as autoras supracitadas, esse tem sido o vetor ideológico do empreendedorismo na atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, garantindo que a expansão do processo de acumulação se faça à custa da pauperização do trabalho. O empreendedorismo cumpre uma função ideológica, na medida em que dissimula a exploração do trabalho pelo capital e dá aos trabalhadores a falsa sensação de autonomia e liberdade.

O empreendedorismo também tem sido acionado como forma de amenizar os efeitos das questões socioambientais, agravadas pelo atual padrão de acumulação capitalista. Este é o sentido do chamado empreendedorismo social, sob a ideia de que os problemas comunitários, a fome e pobreza, entre outras mazelas produzidas pela hegemonia neoliberal, podem ser mitigadas pelos indivíduos por meio de laços associativos e ações voluntárias. Esta era a defesa feita pelo Projeto da Terceira Via na virada do novo milênio, que atribuía à escola não só o papel de produzir capital humano, mas também capital social (Motta, 2012). Por essa perspectiva, cabia aos programas educativos estimularem o protagonismo dos jovens para a resolução dos problemas locais/comunitários, contribuindo para manter a pobreza e a desigualdade social em níveis sustentáveis. Através de uma nova roupagem, não é essa a função do empreendedorismo social?

Segundo Melo Neto e Froes (2002), o empreendedorismo social é voltado aos segmentos populacionais que enfrentam algumas perturbações

de caráter social como a miséria alimentar e a baixa qualidade de vida, visando impactar positivamente a vida coletiva. Nessa lógica, os organismos internacionais sustentam que o empreendedorismo contribui para promover a cidadania ativa; logo, as habilidades empreendedoras devem ser desenvolvidas por meio da educação e se estender a todas as esferas da vida pessoal e ao exercício da cidadania, não devendo se restringir à dimensão econômica e empresarial.

A educação para o empreendedorismo refere-se ao desenvolvimento das competências dos aprendentes e à sua capacidade para transformar ideias criativas em ações empreendedoras. Trata-se de uma competência essencial para todos os aprendentes, que contribui para o desenvolvimento pessoal, cidadania ativa, inclusão social e empregabilidade. É relevante para o processo de aprendizagem ao longo da vida, em todas as disciplinas e para todos os tipos de educação e de formação (formal, não formal e informal) que contribuem para um espírito ou comportamento empreendedores, com ou sem finalidades comerciais (Comissão Europeia, 2016, p. 21).

A União Europeia tem se esforçado em promover o empreendedorismo como diretriz básica curricular em todos os níveis de ensino, havendo, inclusive, um fundo próprio de financiamento para isso, conforme destaca Souza (2022). E com base na premissa do empreendedorismo social, alguns países europeus, como Portugal, incluem o empreendedorismo nos currículos do ensino primário e secundário no espaço dedicado a “Educação para a Cidadania” (Souza, 2022, p. 8).

A despeito dos discursos sedutores que escamoteiam as reais intencionalidades, em países onde a desigualdade social e a má distribuição de renda são altas, como o Brasil, o empreendedorismo social torna-se elemento estratégico para a gestão da pobreza. De tal modo, que passa a ser crescente o interesse dos institutos e fundações privadas com a educação das classes populares, especialmente dos mais jovens, através da criação de projetos sociais comunitários que visam a estimular o protagonismo, o associativismo e o empreendedorismo como condição de existência. Segundo Catini (2020, p. 62)

Essa reprodutibilidade é um dos elementos que colocam o protagonismo juvenil como uma tecnologia social, que educa e difunde um modo de vida na prática, alterando a reprodução social. A reprodução passa a ser agenciada pela empresa totalitária, que não controla “apenas” o trabalho diretamente a ela subordinado, mas também a formação de trabalhadores e trabalhadoras na educação formal e não formal, e o trabalho social que ela subcontrata por seus institutos. Com isso se alimenta uma cadeia de subcontratações de trabalho social, gestores, trabalhadores e trabalhadoras, num ciclo de educação ligada ao emprego precário, ambos organizados pelo mesmo empregador-educador.

Para os neoliberais, a educação empreendedora deve estimular o indivíduo a “encontrar soluções inovadoras para os antigos e novos problemas da sociedade” (Banha; Saúde; Flores, 2021, p. 108). No Brasil, em um contexto caracterizado pela redução dos postos de trabalho regulado, a solução “inovadora” de muitos jovens parece se materializar na chamada uberização do trabalho (Abílio, 2019), isto é, em alugar uma bicicleta, uma moto ou um carro e se dedicar a uma rotina exaustiva de trabalho como entregador de algum *fast food* ou como motorista de aplicativo, arcando com todos os custos do serviço, em exaustiva jornada de trabalho e sem ter a garantia de um ganho mínimo diário.

Para Catini (2020), “o papel sujo da educação” ocorre quando esta atua no sentido de (con)formar os jovens ao empreendedorismo e naturalizar os valores do capital. E os professores da rede estadual de educação do Rio de Janeiro, qual a concepção sobre o estímulo à cultura empreendedora aos jovens cariocas e fluminenses?

O que pensam os professores sobre a educação empreendedora?

Inicialmente, buscamos saber como se deu o processo de implementação do EMTI em Empreendedorismo nas unidades pesquisadas e, segundo os professores, ocorreu “sem nenhum tipo de consulta ou debate junto ao corpo docente e a comunidade escolar” (Jean, 2023). As poucas informações e a forma vertical e aligeirada da

implementação geraram insegurança em relação às novas “disciplinas” do currículo, entre elas, Projeto de Vida, Projeto de Intervenção e Pesquisa e a própria disciplina de Empreendedorismo. Isto foi agravado pelo fato de não terem recebido nenhuma formação sobre o conteúdo específico no ano da implementação.

Os docentes apresentaram concepções divergentes quanto ao fato de haver uma modalidade de Ensino Médio exclusivamente voltada ao empreendedorismo. Para 15 participantes (68%), o empreendedorismo é uma boa oportunidade de os jovens se inserirem no mercado de trabalho, enquanto para sete (32%), não se deve naturalizar as contradições do sistema capitalista e a precarização das relações de trabalho.

Os que consideram a formação em empreendedorismo “uma boa oportunidade para os jovens” ressaltam também que “o empreendedorismo ajuda até mesmo a equilibrar o mercado, alocando uma parte da mão de obra em pequenos negócios. É um movimento interessante para qualquer país, mas principalmente para os que estão em desenvolvimento” (Tânia 2023). Nessa mesma direção, consideram que “os alunos de empreendedorismo passam a ter uma visão ‘macro’ dos processos da cadeia capitalista. Ficam mais conscientes em relação a isso” (Aline, 2023).

Outros docentes afirmaram que o estímulo ao empreendedorismo pode ser “algo interessante” para um determinado grupo de jovens, principalmente para os que não possuem boas condições socioeconômicas ou não desejam ingressar no ensino superior. Argumentam que, para esse grupo de jovens, a formação em empreendedorismo possibilitará maiores condições de inserção profissional por priorizar as competências requeridas pelo mercado de trabalho e difundir a meritocracia. Diante da redução dos postos de trabalho regulado e do aumento do desemprego estrutural, “o empreendedorismo é a forma viável de preparar os jovens que não pretendem dar continuidade aos estudos para o ingresso no mercado de trabalho” (Tânia, 2023).

Todavia, a formação não deve ficar restrita à gestão de negócios ou focada apenas no âmbito empresarial. Deve ser também direcionada a formar pessoas capazes de gerar impactos sociais e comunitários. Por isso, para um dos professores,

A primeira coisa que precisamos compreender é a perspectiva do que é empreendedorismo. Tem muita gente que acha que o empreendedorismo está relacionado somente à questão trabalhista [...], mas está também totalmente relacionado ao trabalho socioemocional, de você aprender a posição do outro e a compreensão da realidade que vive (Ricardo, 2022).

Como se observa, as narrativas dos professores se articulam a vertente do empreendedorismo social. Para 10 docentes (45%), o empreendedorismo social é uma nova forma de pensar e solucionar os problemas sociais. Nesse sentido, para os professores,

Empreendedorismo vai além de identificar um problema e buscar soluções ou oportunidades. Faz-se necessário ter um olhar para a criação de novas possibilidades, porém que sejam favoráveis para a sociedade como um todo, ou um grupo específico. Incentivar adolescentes e jovens a empreenderem é importante, pois ajuda no protagonismo do ser social. Visto que é necessário estimular os estudantes a planejarem seu futuro, isto é, pensar e refletir a longo prazo. Entretanto, o foco também deveria estar voltado para como o estudante deva ser um agente social responsável e participativo na política do Brasil (Valentina, 2022).

O empreendedorismo poderia servir para orientar os jovens a pensarem fora da “caixinha” e a executar projetos a curto, médio e longo prazos. E mostrando a eles a necessidade de estarem sempre bem-informados sobre a sua realidade e os contextos em sua volta, para que possam alcançar os objetivos almejados (Jean, 2022).

Se não se limitar em tentar ensinar formas de se abrir negócios, tem potencial para abrir possibilidades de práticas para um novo olhar mais criativo sobre a solução de problemas (Fernando, 2022).

A associação entre a educação empreendedora e a chamada “educação para a cidadania” é recorrente no Relatório Eurydice da Comissão Europeia (2016). Contudo, dada a especificidade histórica do capitalismo brasileiro, as referências ao empreendedorismo como mecanismo para um maior “protagonismo do ser social” e/ou para o

“fortalecimento do exercício da cidadania” presentes nas narrativas docentes precisam ser compreendidas para além da sua aparência.

Caberia aqui uma reflexão de como se traduz esse protagonismo na materialidade concreta, ou mesmo o que é ser um “agente social responsável e participativo na política do Brasil”, em um país cujas frações das classes dominantes-dirigentes intentaram criminalizar os movimentos sociais, somada à cultura política que impera nas democracias latino-americanas que entende ser a política assunto para as elites e não para povos mobilizados. Desse modo, faz-se necessário refletir sobre o sentido de participação. Trata-se de uma participação que se reveste na tomada dos espaços públicos em defesa dos direitos, na efetiva participação nos movimentos sociais e nos diferentes espaços decisivos e decisórios da sociedade, ou de uma participação que se traduz no associativismo voluntariado na resolução dos problemas comunitários, visando aliviar a pobreza produzida pelo capitalismo? Ou as duas coisas?

Em uma sociedade em que é alto o índice de homicídio juvenil (sobretudo de jovens pretos e periféricos) e onde os direitos e as garantias mínimas para a reprodução da existência estão permanentemente em risco, o que significa “estimular os estudantes a planejarem seu futuro”? Ou ainda, o que significa “um novo olhar mais criativo sobre a solução de problemas”? Trata-se em se conformar e naturalizar as relações flexíveis de trabalho ou problematizá-las, considerando as múltiplas mediações que as determinam?

Sem problematizar a realidade socioeconômica brasileira, o discurso de alguns professores se articula com o pensamento neoliberal, de que o sucesso/fracasso é decorrência unicamente das habilidades individuais (esforço, determinação, perseverança), sem levar em consideração a estrutura econômica, política e social. Por ser uma ideia fortemente difundida pela mídia comercial e pelos demais aparelhos privados do capital, produz novas subjetividades e conquista o consenso de parte significativa da população, que diante da precarização das condições de existência encontra pouco espaço-tempo de acesso aos discursos contra hegemônico e aos conhecimentos elaborados nos movimentos sociais, sindicatos e universidades públicas.

Essa é a realidade de muitos professores e professoras das redes públicas de ensino do Rio de Janeiro e, assim, se tornam alvos do discurso monolítico das organizações empresariais através dos cursos oferecidos em

parceria com a Seeduc-RJ. E como nessas formações não são apresentadas a análise crítica do empreendedorismo, a compreensão do fenômeno se dá no âmbito da aparência e de forma feiticizada.

Segundo Kosik (1976), a aparência é revelada aos nossos sentidos de forma superficial e imediata. Nela, os fenômenos se apresentam de forma fragmentada e descontextualizada, impedindo a apropriação da essência e das múltiplas mediações que a determinam. Em relação aos professores pesquisados, o efeito imediato desse processo é a reafirmação de práticas pedagógicas alinhadas à lógica neoliberal, fortalecendo a hegemonia empresarial no contexto educacional.

Em contrapartida, há um grupo de professores que tecem críticas à centralidade conferida ao empreendedorismo no currículo do Ensino Médio, compreendendo-a como “totalmente desconexa com o contexto socioeconômico dos estudantes”. Isto porque, questiona um dos professores, “como um discente de escola pública, que em sua maioria é desprovida de recursos financeiros e/ou de incentivos dentro do seu seio familiar, pode conseguir empreender uma ideia de negócio ou atividade?” (Jean, 2022).

Cabe destacar, porém, que a abertura de uma empresa ou negócio não é o objetivo principal da educação empreendedora, mas levar os jovens a adquirirem um comportamento ativo na busca por alternativas frente aos problemas cotidianos, muitos dos quais causados pela má distribuição de renda, pelo aumento da pobreza, pela redução dos postos de trabalho regulado, pela não garantia dos direitos, pelas mudanças no mundo do trabalho provocadas pelas novas tecnologias digitais, entre outros.

Por ser uma agenda global, o empreendedorismo e a educação empreendedora adquirem materialidades distintas em contextos diferentes, sob a influência da cultura política e educacional e do grau de exploração e subsunção do trabalho ao capital em cada região. Enquanto na Europa ter o espírito empreendedor ou ter uma atitude proativa frente à condição de desemprego está relacionada à criação de uma Startup, no Brasil, ser empreendedor se traduz, em muitos casos, se submeter aos trabalhos intermitentes e à uberização/plataformização do trabalho. Tudo isso, como tratamos neste texto, sob a ideia de ser um “empresário de si” (Dardot; Laval, 2017) e/ou de ter maior autonomia e liberdade para fazer escolhas e gerenciar o seu tempo.

Na confluência dessas temáticas, o estudo buscou perceber como a educação empreendedora tem sido problematizada pelos professores e professoras. Para um deles, é uma “formação baseada principalmente no desenvolvimento de competências” (Mariano, 2022) e, sendo assim, “reduz as possibilidades de ascensão intelectual dos estudantes, pois direciona os egressos do Ensino Médio público apenas ao mercado de trabalho e a geração de renda, tornando a universidade cada vez mais distante” (Alzira, 2022). Conforme sentença outro docente, “é uma forma de impedir que o pobre chegue ao ensino superior” (Lauro, 2022).

Este é um aspecto bastante ressaltado pelos professores e professoras que criticam a centralidade do empreendedorismo na formação dos jovens. Entendem tratar-se de uma formação instrumental e pragmática, que se materializa na redução da carga horária de disciplinas originárias dos diferentes campos científicos em favor de componentes sem bases epistemológicas mais sólidas. Dessa forma, segundo uma professora,

há um forte risco que o Ensino Médio se torne ainda mais desqualificado, pois nesta fase de formação os jovens precisam priorizar a formação das disciplinas científicas, como Física, Química, Biologia, Sociologia, História e outras com o objetivo de desenvolver uma base científica” (Tânia, 2022).

Para esse grupo de professores, uma matriz curricular fundamentada no desenvolvimento de competências comportamentais e socioemocionais acaba “reforçando as desigualdades educacionais pelo fato de comprometer as disciplinas de humanas e o pensamento científico” (Débora, 2022). E mais, ao se conduzir na contramão da formação humana e integral, o EMTI em Empreendedorismo evidencia “o projeto neoliberal do Estado que é direcionar os jovens à informalidade” (Mariano, 2022).

Em síntese, sob o discurso de preparar os jovens a viverem num mundo em permanente transformação, a educação empreendedora busca desenvolver um conjunto de competências (comportamentais, organizativas e socioemocionais) que leve à adaptação passiva e conformada ao trabalho informal e precário, totalmente desprotegido dos direitos sociais e sem nenhuma segurança laboral. Ou seja, um trabalhador dócil e resignado, apto a construir seu projeto de vida pelo entendimento

de que as dificuldades serão superadas através do seu esforço e habilidades individuais.

Por fim, os resultados indicam que o empreendedorismo é um conceito em disputa. Para 15 participantes da pesquisa (68%), a educação empreendedora é a formação adequada para os estudantes que não almejam o ensino superior e buscam uma inserção mais imediata no mercado de trabalho. Para 10 docentes (45%), o estímulo ao empreendedorismo não se resume à vertente empresarial; pode e deve ser conduzido para o desenvolvimento de competências que promovam um comportamento mais proativo frente às adversidades pessoais e à resolução de problemas sociais. Para eles, os professores devem privilegiar a vertente social do empreendedorismo como forma de despertar nos jovens uma atitude mais cidadã, de modo a levá-los a ter uma maior responsabilidade com o meio ambiente e a sociedade do qual faz parte. Em oposição, para sete professores (32%), o empreendedorismo constitui uma forma de capturar a subjetividade da classe trabalhadora, conformando-a para relações de trabalho cada vez mais precarizadas.

Considerações Finais

A dualidade educacional que estrutura a educação brasileira é resultado das relações sociais que predominam no modo de produção capitalista, produtor de uma sociedade de classes fundamentada na desigualdade e na exploração do trabalho. Gramsci (2007) nos mostra que a manutenção desse sistema organizado na subsunção do trabalho ao capital se dá por meio da coerção e do consenso; sendo assim, as disputas no campo das ideias e no plano cultural não podem ser secundarizadas, dada a unidade entre estrutura e superestrutura, materialidade e subjetividade.

A escola cumpre um papel importante na produção de consensos e na consolidação da hegemonia. Afirmar isto não significa concebê-la como aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1987) ou mecanismo para a reprodução da dominação capitalista (Bourdieu; Passeron, 2014), mas enfatizar que a despeito das disputas e das ações contra-hegemônicas existentes em seu interior, ela continua a ser concebida pelo capital com a função de sempre: formar o trabalhador demandado pelo sistema produtivo

e difundir os valores e comportamentos necessários para a conformação dos trabalhadores à ordem capitalista.

Sendo assim, a progressiva universalização da educação exige novas estratégias de controle ideológico por parte das classes dominantes e dirigentes, sendo este um dos objetivos da reforma empresarial da educação. Neste sentido, compreendemos o EMTI em Empreendedorismo como um desdobramento das reformas gerenciais implementadas pela Seeduc-RJ e sob a mesma lógica defendida pelos reformadores empresariais. E diante da forma autoritária com que as políticas educacionais têm sido implementadas, sem considerar a experiência e os saberes dos que se encontram no “chão da escola”, buscamos identificar a compreensão de professores e professoras sobre a institucionalização do estímulo ao empreendedorismo juvenil.

Na narrativa dos docentes – contrários ou a favor do estímulo ao empreendedorismo juvenil – não há referências mais amplas sobre as contradições do sistema capitalista, o que incide na compreensão do empreendedorismo pela sua aparência. Considerando que a crescente despolitização da sociedade e dos projetos educacionais é uma das estratégias da/para hegemonia neoliberal, o discurso sedutor das organizações empresariais tende a ser internalizado acriticamente diante das variadas formações oferecidas aos professores e professoras. Algo que dificilmente será confrontado pela formação inicial docente, considerando o esvaziamento dos conteúdos teóricos, o privilegiamento da prática e o atrelamento curricular às competências previstas na BNCC, conforme prevê a Resolução nº 2/2019 (Brasil, 2020).

Pelo exposto, a formação docente esvaziada de sentido político e que não possibilita a apreensão dos determinantes estruturais e superestruturais pode incidir em práticas pedagógicas e sociais que – consciente ou inconscientemente – reproduzem a lógica neoliberal. Por essa razão, não se deve tratar como algo menor a positividade conferida ao empreendedorismo pela maioria dos professores pesquisados. Ao contrário, os resultados desta pesquisa indicam a necessidade de um diálogo mais direto e sistemático das entidades em defesa da educação pública, dos sindicatos docentes, universidades e grupos de pesquisas do campo crítico com professores e professoras da educação básica no intuito de contra-atacar as narrativas e formações oferecidas por institutos e fundações empresariais.

A universidade pública não pode se eximir dessa tarefa histórica e é urgente que a extensão universitária amplie (mais) seu campo de atuação e parcerias. Não se trata de tarefa fácil, mediante a sobrecarga de trabalho dos docentes e aos ataques dirigidos à instituição pelos grupos conservadores. Porém, aqueles que se colocam em luta para o fortalecimento de processos educativos pautados na formação humana integral não podem assistir sem tensionar as novas subjetividades produzidas pela racionalidade neoliberal e naturalizar a privatização da educação e a precarização do trabalho e da vida. Isso significa que a luta se conduz também pela revogação do novo Ensino Médio, conforme expressa o documento produzido ao final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em janeiro de 2024. Contra a educação minimalista, pragmática e instrumental que reduz a possibilidade de os jovens trabalhadores de uma intervenção social mais crítica e consciente.

Referências

- ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas: individuo y sociedade*, v. 18, n.3, 2019.
- ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- ANDRADE, M. C. P. de; MOTTA, V. C. O empresariamento da educação de novo tipo e seus agentes: o empresariado educacional do tempo presente. *Revista Trabalho Necessário*, v. 20, n. 42, p. 1-27, maio-ago., 2022.
- BANHA, F.; SAÚDE, S.; & FLORES, A. J. (2021). *Entrepreneurship Education: A Dimension of Citizenship Education*. In: SAÚDE, S.; RAPOSO, M.; PEREIRA, N.; RODRIGUES, A. (Eds.). *Teaching and Learning Practices That Promote Sustainable Development and Active Citizenship* (p. 107-132). IGI Global, 2021. <http://doi:10.4018/978-1-7998-4402-0.ch006>.
- BARBOSA, C. S.; PARANHOS, M. O empreendedorismo como projeto de

vida juvenil no ensino médio da rede estadual do Rio de Janeiro. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 01-27, 2023.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Portal da Câmara dos Deputados, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Versão final. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, p. 46-49

BRASIL, Fórum Nacional de Educação. **Documento-Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2024**.

CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, n. 127, p. 53-68, 2020.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri: Manole, 2012.

COMISSÃO EUROPEIA/EACEA/ Eurydice. Educação para o empreendedorismo nas escolas europeias. **Relatório Eurydice**. Serviço de publicações da União Europeia, 2016. Disponível em: [https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0216104PTN002.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0216104PTN002.pdf) Acesso em: 18 nov. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2017.

DUQUE, F. da S. O ideário neoliberal: a formação do sujeito empreendedor. **Revista Enfil**, v. 1, n. 16 (10): Dossiê Educação na Pandemia, p. 234-248, 2023.

FERRAZ, J.; FERRAZ, D. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico materialista. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 105-117, jan./fev. 2022.

FILLION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **RAUSP Management Journal**, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Educação do século XXI**. Colégio Chico Anysio, 2013. Disponível em: <http://educacaosec21.org.br/colégio-chico-anysio/> Acesso em: 08 out.2022.

JUNIOR ACHIEVEMENT. **Relatório final**. Trilha empreendedora, 2022. Disponível em: <https://jarj.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Trilha-empreendedora-relatorio-final-2022.pdf> / Acesso 20 maio 2023.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACHADO, H. P. V.; NASSIF, V. M. J. Réplica – Empreendedores: reflexões sobre concepções históricas e contemporâneas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 6, 2014.

MELO NETO, P. F; FROES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MISES, L. V. **Liberalismo: segundo a tradição clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MOEHLECKE, S. Políticas de educação integral para o Ensino Médio no Rio de Janeiro: uma ampliação do direito à educação? **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 145-169, jan./abr. 2018.

MOTTA, V. C. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Resolução Seeduc nº 5.508, de 01 de fevereiro de 2017**. Implanta Ensino Médio de Tempo Integral com Ênfase em empreendedorismo Aplicado ao Mundo do

Trabalho, nas unidades escolares que menciona, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/136179363/doerj-poderexecutivo-02-02-2017-pg-37>. Acesso em: 1 out.2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Resolução Seeduc nº 5627, de 12 de abril de 2018**. Altera o anexo único da Resolução Seeduc nº 5508, 5627 de 12 de abril de 2018. Altera o anexo único da Resolução Seeduc nº 5508, de 01 de fevereiro de 2017, que implanta o Ensino Médio em Tempo Integral com Ênfase em Empreendedorismo Aplicado ao Mundo do Trabalho, nas Unidades de 01 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/186246859/doerj-poderexecutivo-16-04-2018-pg-8?ref=previous_button. Acesso em: 4 mai.2020.

SAMPAIO, J.; SANTOS, G. C.; AGOSTINI, M.; SALVADOR, A. S. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado com a saúde: uma experiência com jovens no sertão de Pernambuco. **Interface**. Botucatu, p. 1299-1312, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2014.v18suppl2/1299-1311/pt>. Acesso em: 06 fev. 2024.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SORENSEN, J.; CHANG, P. **Determinants of Successful Entrepreneurship: A Review of the Recent Literature**, 2006. Disponível em: <http://www.kauffman.org/> Acesso em: 26 set. 2023.

SOUZA, H. C. de. O ensino do empreendedorismo em Portugal e algumas reflexões críticas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, 2022.

Recebimento em: 29/04/2024.

Aceite em: 14/06/2024.